

A “ESTRATIGRAFIA DO ABANDONO”: O CASO DO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE – MCRG NO EXTREMO SUL DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

THE “STRATIGRAPHY OF THE ABANDONMENT”: THE CASE OF THE MUSEUM OF THE CITY OF RIO GRANDE - MCRG IN THE SOUTH OF RIO GRANDE DO SUL, BRAZIL

Matheus Pereira da Costa
Diego Lemos Ribeiro

Como citar este artigo:

DA COSTA, Matheus Pereira; RIBEIRO, Diego Lemos. A “estratigrafia do abandono”: O caso do Museu da Cidade do Rio Grande – MCRG no extremo sul do Rio Grande do Sul, Brasil. Cadernos do Lepaarq, v. XVII, n.34, p. 209-235, Jul-Dez. 2020.

Recebido em: 27/03/2020

Aprovado em: 01/07/2020

Publicado em: 22/12/2020

ISSN 2316 8412

A “estratigrafia do abandono”: O caso do Museu da Cidade do Rio Grande – MCRG no extremo sul do Rio Grande do Sul, Brasil

Matheus Pereira da Costa^a

Diego Lemos Ribeiro^b

Resumo:

De modo geral, coleções arqueológicas formadas a partir de coletas fortuitas e assistemáticas, que se encontram em instituições de guarda e pesquisa, como é o caso dos museus e universidades, não são alvo de preocupações científicas e de interesse social. Essa situação tem sido evidenciada por realidades institucionais marcadas por processos de isolamento e abandono dessas coleções, culminando no apagamento de memórias referentes ao passado indígena. O isolamento programático das fontes arqueológicas pré-coloniais tem sido observado no extremo sul do Rio Grande do Sul, a partir das relações que se estabelecem com as coleções arqueológicas do Museu da Cidade do Rio Grande (MCRG). A partir da exposição de “pré-história da região sul”, propõe-se entender como a coleção arqueológica foi formada e quais são os discursos e narrativas construídos pela instituição referente ao passado pré-colonial da região. Com base nisso, sustentamos a possibilidade de retomar os estudos sobre conjuntos de objetos descontextualizados, como estratégia de reavivamento dessas coleções nos cenários museológicos e patrimoniais.

Abstract:

In general, the archaeological collections formed from random and unsystematic collecting that exist in institutions of safeguarding and research, like museums and universities, are not the object of scientific concern and social interest. This situation has been evidenced by institutional realities marked by processes of isolation and neglect, ending in the obliteration of a referential memory of the indigenous past. Thus the isolation of archaeological sources had been observed at the south end of Rio Grande do Sul, from the relations that were established with the archaeological collections of Museu da Cidade do Rio Grande (MCRG). From the exhibition “Prehistory of the southern region”, it proposed to understand how an archaeological collection was formed and which are the discourses and narratives built by the mentioned institution to the pre-colonial past of the region. Based on this, we support the possibility of retaking the studies of groups of out-of-context objects, promoting the revival of these collections in heritage and museum scenes.

Palavras-chave:

Coleções Arqueológicas; Patrimônio Arqueológico; Musealização da Arqueologia.

Keywords:

Archaeological Collections; Archaeological Heritage; Musealization of Archeology.

^a Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, Arqueólogo e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – PPGMP. Pesquisa financiada com bolsa DS CAPES.

^b Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Doutor em Arqueologia no Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia de São Paulo na USP.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por eixo estruturante a temática de musealização da arqueologia¹ e sua inserção nos debates museológicos e patrimoniais. Trata-se de um recorte da pesquisa de dissertação de mestrado do autor, que está em andamento no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL.

O objetivo deste artigo é examinar a problemática do abandono dos estudos sobre acervos e coleções pré-coloniais em museus e instituições congêneres (BRUNO, 1984, 1995), sob o ponto de vista da pesquisa social contemporânea. Dessa forma, problematiza-se a partir de um estudo de caso no Museu da Cidade do Rio Grande, no extremo sul do Rio Grande do Sul, Brasil, a realidade museológica das coleções com ausência de informações contextuais, formadas através de doações voluntárias.

Importa afirmar que este texto pretende instigar o leitor a realizar algumas reflexões conceituais e metodológicas, que geram reflexos na gestão de acervos arqueológicos em contextos museológicos. As motivações que nos levam a debater tal problemática decorrem de observação empírica no contexto brasileiro, marcado pelo isolamento programático de memórias referentes ao passado indígena.

Desde já, cumpre-nos mencionar que o Museu em análise não é propriamente de arqueologia, isto é, não está categorizado como arqueológico. Portanto, a missão institucional está voltada à representação de elementos sócio-históricos, relacionados, predominantemente, à formação da sociedade Rio-Grandina. Entendemos, contudo, que a discussão ensejada neste estudo pode, eventualmente, ser contratada com outras realidades institucionais.

Amparados nesta proposição, formulamos um questionamento primário para este artigo: os objetos que estão em exposições e reservas técnicas, sem nunca terem atravessado a cadeia operatória de musealização², podem ser considerados patrimônios musealizados?

Seguindo por esta linha de reflexão, a pesquisa se alicerça na premissa de que os objetos instituídos ora como acervos arqueológicos não se configuram ainda como objetos musealizados³, mas possuem potencialidade para vir a ser, caso sejam engendrados os processos de musealização.

A escolha desta instituição fundamenta-se na compreensão do papel social que desempenha no processo de comunicação de informações culturais relacionadas à formação histórica e cultural do município do Rio Grande – reconhecido como o mais antigo do estado do Rio Grande do Sul (TORRES, 2008). Por se tratar de um museu histórico, parte considerável de seus acervos e coleções são relacionados ao período de colonização da cidade e da constituição de uma sociedade burguesa que predomina durante os séculos XIX e XX (FERREIRA e GONÇALVES, 2014).

¹ No contexto brasileiro, a musealização da arqueologia teve como pioneirismo os trabalhos de Cristina Bruno (1984; 1995), posteriormente, consolidou-se como linha de pesquisa desde 2007, a partir do pioneirismo da pesquisadora, no Programa de Pós-Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia de São Paulo na USP.

² Compreendemos a cadeia operatória, para os fins deste artigo, como os procedimentos técnicos e científicos de musealização com funções pertinentes à pesquisa, salvaguarda e à comunicação museológica (RIBEIRO, 2012).

³ Compreendemos a musealização aqui como “processo constituído por um conjunto de fatores e diversos procedimentos que possibilitam que parcelas do patrimônio cultural se transformem em herança, na medida em que são alvo de preservação” (BRUNO, 1996, p. 56).

Em meio a estas coleções, também constam aqueles associados aos períodos anteriores ao processo de colonização portuguesa: os acervos relacionados ao período pré-colonial ou de contato. Do ponto de vista geográfico, tais fontes arqueológicas, enquanto indicadores culturais, advêm de microrregiões que são limítrofes ao território sul-brasileiro, que incluem, os respectivos municípios: Rio Grande - RS, Santa Vitória do Palmar - RS, São José do Norte – RS , Bojuru - RS, Tavares - RS e Mostardas - RS. Com base em dados arqueológicos disponíveis em literatura sobre o tema, nessas regiões existem predominâncias de sítios arqueológicos que resultam de ocupações de diferentes sociedades humanas de caçadores-coletores-pescadores, há ± 5.000 A.P. (RIBEIRO, 1999; RIBEIRO e CALIPPO, 2000; RIBEIRO et al 2004).

Assim, perspectivas teórico-metodológicas da musealização da arqueologia, embasadas pela pesquisa social contemporânea, oferecem novas possibilidades de análise dos acervos pré-coloniais em museus e instituições congêneres, sobretudo ao buscar amalgamar a pesquisa arqueológica ao desencadeamento dos processos museológicos. Conforme discute Cristina Bruno (1995),

A arqueologia evidencia facetas das sociedades, descobre peculiaridades de um passado às vezes esquecido e faz aflorar os indicadores da memória, mas não tem potencialidades efetivas de comunicar-se em larga escala com a sociedade presente. Já a museologia se estrutura como área do conhecimento específica para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção de conhecimento próprio das áreas que estudam os indicadores da memória (BRUNO, 1995, p. 142).

Ao aproximar a pesquisa arqueológica da sociedade – não como espectadora, mas como partícipe – abre-se caminho para uma gestão mais horizontal e compartilhada dos referenciais patrimoniais (BRUNO, 2014; FERREIRA e RIBEIRO, 2015).

Em relação à estrutura deste artigo, compreendemos a importância de tratar, no primeiro momento, o arrazoado teórico-conceitual que propõe situar a problemática de estudo dentro de um quadro geral, que envolve o abandono programático dos estudos sobre o passado pré-colonial nos museus.

A reflexão inicial nos dá subsídios interpretativos para a compreensão da realidade museológica que envolve a exposição de “Pré-História” no MCRG. Como alternativa teórico-metodológica, apresentamos algumas possibilidades de análise sobre as coleções arqueológicas pré-coloniais, buscando estabelecer novas leituras destas tipologias.

Por fim, lançamos algumas discussões que julgamos pertinentes para alterar o cenário de isolamento dos acervos e coleções arqueológicas, tendo como horizonte a aproximação entre as correntes teóricas da arqueologia e da museologia. Entendemos que o trabalho interdisciplinar pode oferecer novas dinâmicas sociais ao patrimônio arqueológico salvaguardado, estimulando a construção compartilhada do conhecimento arqueológico e museológico, entre os diferentes segmentos das sociedades, incluindo, os museólogos e arqueólogos.

ESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO: COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS E OS MUSEUS.

De que valem coleções etnográficas mal documentadas e mal conservadas acumuladas em reservas técnicas poeirentas, ameaçadas de mofo e infestação de cupins? [...] como extrair informação científica, cultural, simbólica de objetos mudos, carentes de dados mínimos para subsidiá-la?

Berta Ribeiro (1992).

[...] É verdade que até hoje em alguns porões e depósitos museológicos (espécies de masmorra) existem bens culturais encaixotados, aprisionados, distanciados da visão do público. Interessa compreender que a exposição do acervo vincula-se a um determinado discurso, a um determinado saber dizer. Assim, ao dar maior visibilidade ao acervo o que se faz é afirmar ou confirmar um discurso.

Mário Chagas (2002).

As duas reflexões postas em epígrafe, enfatizam, ainda que veladamente, o maior desafio de uma instituição museológica: seu caráter comunicativo. Tanto Berta Ribeiro (1992) quanto Mário Chagas (2002) nos chamam a atenção para o papel dos museus no que tange à construção de discursos sobre a realidade contemporânea, à medida que, nestes espaços de acesso às representações sobre o passado cultural das sociedades, a memória é tomada como informação em ação (GONÇALVES, 2007), ou seja: constituída por meio de processos mnemônicos e do estabelecimento de vínculos identitários.

Em outros termos, essa reflexão nos remete à ideia de que o patrimônio, mesmo institucionalizado, não existiria fora de uma moldura social, culturalmente orientada e temporalmente demarcada, cujas imagens são formadas nos processos comunicativos (RIBEIRO, 2017).

Apesar da temporalidade dos discursos, ambas as assertivas ainda se mostram como uma realidade viva e atual no contexto brasileiro, especialmente no que se refere aos museus tradicionais, sobretudo os municipais, que possuem coleções arqueológicas no bojo de acervos heterogêneos (BRUNO, 1995; DA SILVA, 2008; DE MORAES WICHERS, 2010). O conceito chave para entendermos este processo de isolamento dos acervos pré-coloniais, é o de **estratigrafia do abandono**⁴.

sobre esses vestígios pré-coloniais acumularam-se várias camadas de interpretações sobre mais de 500 anos de ocupação estrangeira deste território e, apesar de mais de um século de institucionalização da pesquisa e dos acervos, ainda são raras as abordagens que vinculam esses vestígios às nossas tradições e rupturas. Consolidou-se uma **estratigrafia do abandono** que isolou as fontes arqueológicas e as circunscreveu ao terreno das memórias exiladas (BRUNO, 2005, p. 237-238. Grifo nosso).

No caso brasileiro, outras camadas desta estratigrafia podem ser identificadas pela representação de elementos sócio-históricos dos patrimônios culturais, relacionados a grandes monumentos, edifícios e conjuntos urbanos, especialmente vinculados às produções estrangeiras no território nacional (BRUNO, 2014).

As fontes pré-coloniais (sítios arqueológicos e artefatos) só foram alvo de reconhecimento pelo Estado enquanto segmento do patrimônio cultural brasileiro, por intermédio do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e posteriormente ampliado no Decreto-lei nº 3.924, de 1961,

⁴ O conceito de estratigrafia é usado em sentido metafórico, alusivo à deposição de camadas de discursos contemporâneas que se sobrepõem a camadas mais pretéritas (BRUNO, 1995; BRUNO, 2005; DE MORAES WICHERS, 2010; 2011; RIBEIRO, 2012).

concebidos, então, como bens da união. A partir deste decreto-lei, a sociedade civil fica encarregada, junto ao estado, de proteger e preservar o patrimônio da nação brasileira (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988)⁵. Assim, na concepção de Schmitz (1988),

O nosso patrimônio arqueológico, herdado das populações indígenas que precederam a formação do Estado atual, vem geralmente tratado junto com o patrimônio histórico e artístico deixado pelas gerações já diretamente implicadas com a formação do Estado brasileiro ou com o seu período colonial, quando dependente de Portugal. Mais modernamente estas parcelas de nossa herança vêm tratadas junto com o patrimônio ambiental, considerado então, como um bem coletivo, necessário para a sobrevivência da geração atual e a ser deixado para as gerações futuras. (SCHMITZ, 1988, p. 12).

Apesar do reconhecimento do patrimônio arqueológico por parte do Estado, através do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), importa grifar que o enquadramento jurídico dessas fontes, apenas, não garante sua efetiva apropriação social. Para Ribeiro (2017), os domínios do patrimônio não se encerram no momento em que, burocraticamente, as agências do estado e os respectivos agentes acauteladores, como os museus, os inventariam, definem e narram aquele conjunto de objetos sob o desígnio de bem patrimonial (GONÇALVES, 2005, 2007).

Por essa via de entendimento, concordamos com o antropólogo Jean Tornatore (2009), quando afirma que “considerar o patrimônio como vestígio, não é mais do que cumprir a metade do caminho. É preciso seguir na via da imaginação: **sem imaginação, não há patrimônio**” (TORNATORE, 2009, p. 13. Grifo nosso). Assim, vale repensar que o ‘reconhecimento’ patrimonial de um ponto de vista social depende da ressonância gerada pelos distintos segmentos da sociedade com os indicadores da memória cultural⁶ (GONÇALVES, 2005).

A adoção dessa perspectiva vai ao encontro com o pensamento postulado por Da Silva (2008), ao dimensionar que

tanto a museologia quanto a arqueologia têm percebido que o patrimônio só passa a ser uma **herança** quando as pessoas passam a **apropriá-lo na sua realidade cotidiana**, dessa apropriação e da consciência acerca desta herança é que resulta em última instância a **preservação do patrimônio**. (DA SILVA, 2008, p. 52. Grifo nosso).

Importa colocar em situação, a partir de Funari e Carvalho (2008), que um bem patrimonial, tomado como referência para determinado indivíduo ou grupo social, pode ser gerador de importância e afeição; em sentido diametralmente oposto, a preservação do mesmo bem patrimonial, para outros coletivos, pode significar a sua “destruição”, sendo, portanto, sem sentido ou mesmo inconcebível. Nessa tomada conceitual, convém a pergunta elaborada pelos autores: “**seria possível à preservação de um patrimônio por parte de pessoas que não se reconhecem nele?**” (FUNARI e CARVALHO, 2011, p. 306).

⁵ Do ponto de vista jurídico, o estado brasileiro, prevê através de legislação específica algumas normas constitucionais, que garantem a proteção ao patrimônio cultural, em especial os artigos, nº 20 linha (X), 23 linha (III) e 216 linha (V). Com ênfase para este último, o qual considera que o poder público e a sociedade promoverão e protegerão o patrimônio da nação.

⁶ Contribuições à discussão sobre o termo “ressonância”, podem ser consultadas no trabalho de Greenblat (1991): “O novo historicismo”.

Mescla-se à camada anterior a forma como a cultura material é interpretada no presente, tanto no escopo institucional, onde as coleções estão custodiadas, quanto no plano jurídico, de onde partem as diretrizes que orientam as instituições. Persiste ainda a ideia de que o patrimônio arqueológico se encerra na materialidade dos bens, mais precisamente nos seus atributos intrínsecos (tamanho, cor, textura, volume, peso etc.) (FONSECA, 2009).

Assim visto, o patrimônio reduz-se à objetividade dos artefatos, deixando à margem toda potencialidade subjetiva, imaginativa e emotiva que poderia encenar quando em interação social. Por outros termos, conforme afirma Bruno (2014, p. 9) “em alguns casos como ocorre no Brasil, a evidência arqueológica ao ser desvelada já se configura como um bem patrimonial de interesse da nação”.

Ao considerar os remanescentes arqueológicos como “nato-patrimônio” (RIBEIRO, 2017), têm-se a ilusão de que o sentido documental é inerente ao objeto; perde-se de vista, assim, que o sentido documental é fundamentalmente uma potência, atualizada em um processo de atribuição, negociação e câmbio de sentidos – portanto, nunca fora da trama social e dos processos comunicativos. Deste modo, torna-se claro que o patrimônio arqueológico alude mais ao espírito do Estado, do que propriamente um estado de espírito.

Na compreensão de Da Silva (2008), pesa também para a compreensão restritiva do patrimônio as escolhas teórico-metodológicas nos projetos de pesquisa, as quais são determinantes para o conhecimento arqueológico. Há uma corrente parcela de arqueólogos que permanecem tratando de modo indiferente coleções arqueológicas, sobretudo aquelas que não possuem informações sobre seus depósitos de origem, ou seja, o contexto arqueológico.

[...] em alguns casos as coleções arqueológicas presentes em museus não são consideradas patrimônio arqueológico, isto porque para vários pesquisadores **o conceito de patrimônio arqueológico está restrito ao que é encontrado nos sítios arqueológicos e que é, portanto, passível de escavação.** [...] a ideia de patrimônio arqueológico, é mais ampla. Envolve o fato de percebermos que artefatos, construções, saberes, fazeres e o ambiente se interconectam, de modo que podemos pensar em relações homem – artefato, natureza – homem, e assim sucessivamente. (DA SILVA, 2008, p. 61. Grifo nosso).

Afinamos, aqui, com a ideia de patrimônio arqueológico apontada por Da Silva (2008), ao considerar que o valor do patrimônio não é um atributo imanente, mas parte de uma trama discursiva que envolve relações intersubjetivas entre humanos e não-humanos (LATOURET, 2012). Amparada nessa perspectiva Bruno (2014) conceitua o patrimônio enquanto “conjunto dos bens, fruto das relações entre os homens e os recursos naturais; entre os homens em sociedade; e as interpretações que são elaboradas a partir destas relações” (BRUNO, 1999, p. 333). Assim, unindo as reflexões de Da Silva (2008) e Bruno (2014), mais do que o bem em si, sua materialidade bruta, seria mais interessante pensarmos o patrimônio arqueológico como uma possibilidade, como um rizoma de relações que podem ser encenadas a partir desses indicadores de memória, em especial nas instituições museológicas, que figuram como personagens centrais nesse processo discursivo sobre o passado.

Conforme afirma Bruno (1996), a marca de violência deixada pelos contingentes históricos nessas instituições⁷ ainda são muito perceptíveis sobre o tratamento dos acervos e coleções pré-coloniais, especialmente no que se refere aos processos de socialização e extroversão do conhecimento arqueológico nos museus (RIBEIRO, 2012). De acordo com Bruno,

os museus brasileiros entraram neste século [XX], com coleções arqueológicas provenientes de coletas assistemáticas, como locais de ensino e produção científica, como depósitos de objetos ordenados, atuando a partir de uma perspectiva enciclopédica, evolucionista e classificatória. (1995, p. 111).

No Brasil, assim como nos demais países, a origem institucional da arqueologia e sua relação com as instituições museológicas estiveram atreladas à formulação de projetos colonialistas e nacionalistas (DÍAZ-ANDREU, 2007). Por meio da representação da cultura material e sob influência das políticas patrimoniais, a arqueologia legitimou determinados discursos, elitistas e aristocráticos, relacionadas às Histórias Pátrias, de viés eurocêntrico, em detrimento das histórias e dos referenciais culturais das sociedades nativas (FERREIRA, 2007). Isso se explica na compreensão de Lima (1998):

o fato de as culturas indígenas terem sido **desprezadas, marginalizadas e, em grande parte, exterminadas pela etnia branca** que a partir do século XVI tornou-se a classe dominante, marcou profundamente a relação do Estado brasileiro com seu patrimônio arqueológico, caracterizada pelo interesse na **preservação da memória dos vencedores, reservando-se aos vencidos, índios e negros, o paternalismo ou o esquecimento**. Como agravante, além da questão dos **neobrasileiros** não se identificarem etnicamente com as **culturas indígenas pré-históricas**, os seus restos, sem qualquer traço de monumentalidade, raramente suscitam admiração, com algumas poucas exceções (LIMA, 1988, p. 24. Grifo nosso).

Diante disso, não é raro perceber que a grande maioria dos museus distribuídos por este território nacional, especialmente os museus históricos e municipais, dão ênfase na representação de elementos sócio-históricos (DA SILVA, 2008).

As coleções arqueológicas estão na gênese da história dos museus. Amparados em alguns séculos de investigação e interesse pelo passado, pelo exótico e pelo diferente, esses acervos foram constituídos, de uma certa forma, para diminuir a distância entre as sociedades que vivem em tempos distintos. Espelham, também, a colonização, o saque e a destruição de alguns povos por outros. Sobretudo, esses acervos, espalhados em museus de portes diferentes, podem sinalizar aspectos inerentes à longevidade e diversidade da herança patrimonial dos seres humanos (BRUNO, 1999, p. 36).

Para Ferreira e Ribeiro (2015), litígios das camadas pretéritas, que marcam os primeiros movimentos em torno das coleções arqueológicas no ocidente, se sobrepõem aos museus contemporâneos, deixando marcas significantes no tratamento das fontes arqueológicas. Analisando este contexto, os autores discutem que

tal como as primeiras instituições que acolhiam acervos arqueológicos, muitos arqueólogos e museólogos ainda selecionam, para as exposições, os artefatos que melhor espelham um “povo” ou uma “etnia”, utilizando-se, mesmo que veladamente, dos mesmos princípios taxonômicos do século XIX (FERREIRA e RIBEIRO, 2015).

⁷ O caráter universalista e enciclopédico das coleções; objetos mal documentados com fragilidade de informação associada ao seu local de coleta; a ênfase dada na representação dos aspectos estéticos e estruturais dos objetos nas exposições, em detrimento de outros conjuntos patrimoniais, são alguns dos indícios que confirmam essa *estratigrafia do abandono* (BRUNO, 1995. Grifo nosso).

Ao fazê-lo, condiciona-se o conhecimento arqueológico ao anonimato social, ao esquecimento – para os fins deste artigo, a mais silenciosa e pálida face da destruição patrimonial. É importante sinalizar, portanto, que ao se limitar aos domínios acadêmicos, o conhecimento arqueológico perde potência quando negligencia o campo de projeção social, considerando a sociedade como mero contingente externo.

De uma perspectiva museológica, cumpre mencionar que não basta colocar objetos à vista do público. Isto não traduz toda a complexidade dos processos de extroversão que estão imbricados na representação pública do conhecimento arqueológico. Dessa forma, os discursos patrimoniais mobilizados no interior das ações museológicas carregam em si anseios “preservacionistas”, que são observados em exposições de arqueologia, por meio de narrativas intertextuais e audiodescritivas, que não garantem que os objetos selecionados para compor o discurso sejam de fato considerados “patrimônios musealizados”.

Há um estrato mais contemporâneo neste enredo que merece destaque e que interfere diretamente na problemática do abandono. Nas últimas décadas, as pesquisas arqueológicas impulsionadas pelo amplo desenvolvimento de obras de infraestrutura do país têm gerado volume expressivo de acervos arqueológicos (BRUNO e ZANETTINI, 2007), que são encaminhados às instituições de guarda e pesquisa (museus e universidades), sobrepujando os limites técnicos e operacionais das instituições (WICHERS, 2010; RIBEIRO, 2014).

O fator principal que tem causado esse movimento em direção às instituições museológicas tem sido apontado pela constante ameaça antrópica e biológica aos sítios arqueológicos, ausência de políticas de gestão e de planejamento dos processos arqueológicos integrados aos museológicos, entre muitas outras características que incidem contemporaneamente sobre o tratamento destas tipologias em distintos domínios institucionais.

A nosso ver este é o ponto central do debate que envolve a pesquisa sobre acervos e coleções arqueológicas, compreendendo que muitas coleções não foram formadas a partir de coletas sistemáticas, ou seja, coletas realizadas com métodos e técnicas específicos da arqueologia, por profissional com as credenciais técnico-científicas para a pesquisa, tratamento e extroversão do conhecimento. Em contrapartida, as coletas fortuitas e assistemáticas podem ser realizadas tanto por profissionais – como arqueólogos –, quanto pela comunidade em geral, que encontra o vestígio arqueológico por intermédio de suas percepções locais.

Esse processo de encontro entre comunidades e os achados arqueológicos, geram novas (re) significações ao passado no presente. Essas coleções são interpretadas no contexto museológico como aquelas herdadas do passado; já as que são formadas na contemporaneidade, geralmente estão atrelados ao âmbito das ações desenvolvimentistas, projetadas no escopo da arqueologia de contrato (DE MORAES WICHERS, 2010).

Neste sentido, destaca-se em ambos os casos, a importância da inserção das narrativas das comunidades nos respectivos processos de musealização dos acervos arqueológicos, uma vez que as percepções locais são matérias-primas fundamentais para a gestão de coleções⁸. Além disso, atuam

⁸ Ver discussão de Mendonça e Santos (2017) que estão disponíveis nas referenciais bibliográficas.

como substratos para a constituição das memórias sociais e identidades culturais (DE MORAES WICHERS, 2010; 2011; RIBEIRO, 2012).

Em termos técnicos e operacionais, as coleções arqueológicas formadas por essa nova camada estratigráfica revelam problemas significativos no seu tratamento, sobretudo em relação à salvaguarda e à comunicação desses vestígios. Cumpre sinalizar, igualmente, que a aceleração da pesquisa arqueológica, em grande medida incompatível com o tempo do mercado, acaba por gerar como refugio novas coleções “descontextualizadas”, inevitavelmente.

Como argumenta Lima (2007), se antes da arqueologia de contrato o cenário já corroborava com a falta de estratégia de gestão sobre esses bens, com o advento das obras de engenharia esse cenário decuplicou-se, deixando à sobra outra destruição, silenciosa e pouco visível, materializada em coleções mal conservadas e acumuladas em espaços pouco propícios para subsidiarem a sua preservação. Neste ínterim, sofrem ainda mais as coleções descontextualizadas, cujas informações associadas sequer foram registradas ou ainda foram extraviadas ao longo do processo de “patrimonialização” e/ou “musealização”.

Por essa razão, como argumentado neste item do artigo, grande parte das coleções arqueológicas que estão nos museus sofrem um duplo processo de isolamento: o primeiro renegado pela própria ciência, tanto em termos de formação quanto em teoria; e o segundo que se estabelece por meio de uma amnésia social, fator principal para a obliteração do conhecimento arqueológico com o público.

O MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE – MCRG E A FORMAÇÃO DO ACERVO INSTITUCIONAL

O interesse em criar um museu da cidade do Rio Grande partiu dos interesses da então fundação da Cidade do Rio Grande, instituição criada para promover ações entre desenvolvimento local, a valorização da cultura Rio-Grandina e a sociedade civil (DOS ANJOS, 2009). Surge como iniciativa da instituição, em 1984, por intermédio do conselho diretor da fundação, presidida pelo Engenheiro Francisco Martins Bastos⁹, a possibilidade de criação de uma instituição museológica voltada à preservação da memória rio-grandina.

Segundo Dos Anjos (2009, p. 140), a fundação da cidade do Rio Grande atuaria como uma organização integrada, tendo como objetivo a criação de um museu, pelo qual assumiria responsabilidades de “estruturação”, “administração” e “manutenção” da instituição. Para dar sequência ao assunto tratado na reunião, a fundação cidade do Rio Grande, estabeleceu diretrizes para a formação de um conselho que ficou registrado através da ATA n. 323, de 9 de fevereiro de 1984, a qual prevê que a instituição deveria ser capaz de “organizar e administrar a entidade e bem assim as verbas recebidas de órgãos públicos, privados e particulares, ou da receita do próprio Museu” (ANJOS, 2009, p.140).

⁹ Francisco Martins Bastos é natural de Uruguaiana, engenheiro considerado uma figura importante no empresariado Rio-grandino, por coordenar as obras de instalação da Refinaria Ipiranga no Rio Grande em 1936. Assumir a diretoria do Grupo Ipiranga na década de 1960, até sua morte, em abril de 1987. Também foi responsável por criar a faculdade de medicina e o Hospital Universitário (FURG) (TORRES, 2008; DOS ANJOS, 2012).

Como podemos perceber, ao analisarmos o plano diretor do museu, a origem da instituição é personificada em figuras pertencentes à burguesia da cidade, cuja organização do acervo institucional e a centralidade de suas ações técnicas com os acervos ficam impressas nas escolhas dos dispositivos expográficos.

Dessa forma, percebemos que os acervos arqueológicos raramente são tomados como parte do discurso museológico, em sua dimensão social e antropológica. A aderência do discurso expográfico aos elementos sócio-históricos não se dissocia das ideias originais do Museu, que foram protagonizadas por uma sociedade elitista e aristocrática, formada entre os séculos XIX e XX, cuja imagem gostaria de ver refletida nesse espaço. Dito isso, percebemos que os artefatos relacionados à temática da arqueologia indígena, como parte da memória cultural, ficaram em plano coadjuvante no contexto local analisado.

Atualmente, o Museu possui duas exposições: uma histórica, que está localizada em uma das alas do prédio da alfândega; e outra de arte sacra (relacionada à religiosidade cristã apostólica romana). Esta última localizada na parte de trás da Igreja de São Pedro, a mais antiga do estado do Rio Grande do Sul. O acervo histórico reúne mais de oito mil peças relacionadas à história de formação do município e do cotidiano da sociedade Rio-Grandina, entre os séculos XIX e XX, onde se encontram também acervos arqueológicos relacionados às sociedades pré-coloniais (FERREIRA e GONÇALVES, 2014).



Figura 01: Antigo prédio da Alfândega, atual sede da Receita Federal. O Museu da Cidade do Rio Grande (MCRG) ocupa uma das alas do prédio que está localizado na Rua Riachuelo esquina com a Rua Andradas, Centro de Rio Grande, RS, Brasil. Fonte: <https://www.viagensecaminhos.com/2011/05/rio-grande-rs.html>.

Em virtude da concessão de uma parte do prédio da alfândega, ainda na década de 1970, que estava passando por um período de reforma, o Museu ocupou provisoriamente a sede da antiga fábrica de biscoitos Leal Santos, localizada na Rua General Portinho, nº 161, bairro centro, Rio Grande. Somente em 1987, após a restauração do antigo prédio da alfândega, é que veio a ocupá-lo, onde permanece até os dias de hoje (DOS ANJOS, 2009; 2012).

No que se refere à ocupação do prédio da alfândega por parte do museu: “a destinação de parte do prédio para uma função cultural foi definida ainda na década 70 do século passado, quando o IPHAN, detentor da propriedade de parte daquele prédio” (FERREIRA e GONÇALVES, 2014, p. 8).

A lógica institucional que acompanha a criação do Museu representou a tentativa de aprimorar as relações entre as organizações públicas, privadas, e a própria comunidade rio-grandina, promovendo a valorização da memória local e do desenvolvimento, social, econômico e político (DOS ANJOS, 2012). Alicerçado nestas premissas, cria-se uma instituição voltada a gerenciar a cultura material relacionada à história e à memória coletiva do município.

Vale ressaltar que a memória coletiva a que alude o Museu deve ser vista em perspectiva, na medida em que as ações museológicas ainda estão condicionadas às ideias fundadoras da instituição, impregnadas de um olhar elitista e positivista da história. Estes são alguns dos princípios que marcaram a missão institucional do Museu até os dias de hoje, e percebemos este cenário sobretudo no tratamento do patrimônio arqueológico.

Em relação aos acervos pré-coloniais, que foram integrados ao espaço institucional, estes são frutos de doações realizadas por moradores locais, que não possuem muitas informações sobre os seus locais de coleta. Tais coleções, quando instituídas como acervos museológicos, carregam o estigma de serem desprovidas de valor documental, devido às singularidades as quais estão sujeitas, como: alterações físico-químicas que são propiciadas pelo contexto de deposição, processos de contaminação, dissociação de informações etc.

Em certa medida, outras coleções podem sofrer igualmente com essas mesmas patologias; contudo, pela natureza semântica dos artefatos arqueológicos, mais dependentes do contexto e de outras articulações artefatuais, esses indicadores tornam-se mais graves, sobretudo por serem gradativamente negligenciados pela própria pesquisa arqueológica. Conforme discute Lima e Rabello (2007), sobre a noção de valor da pesquisa arqueológica, ao afirmar que

peças arqueológicas, uma vez perdidas as informações sobre a sua origem – ou seja, as referências estratigráficas, espaciais e cronológicas, bem como as associações com outros objetos e estruturas no solo escavado – **deixam de ter qualquer valor para a arqueologia**. Torna-se impossível recuperar o contexto da sua produção, utilização e deposição, justo o que permite entender o funcionamento de sistemas socioculturais extintos. (LIMA e RABELLO, 2007, p. 10. Grifo nosso).

Como já apontado, a pesquisa arqueológica opera práticas de colecionamento (BRUNO, 2005; WICHERS, 2010), projetando alguns vestígios arqueológicos como referências patrimoniais. O fato de a grande maioria das coleções arqueológicas serem desprovidas de contexto não significa que esses objetos reunidos por critérios assistemáticos deixam de referenciar um conhecimento que pode ser amplamente divulgado e problematizado.

Observando a realidade sobre essas tipologias de acervos, é possível identificar que o principal fator que tem gerado essa negligência tem sido apontado pela fragilidade de informações associadas ao local de origem para a reconstrução dos contextos sistêmicos¹⁰ (SCHIFFER, 1972). Dessa forma, do

¹⁰ “O contexto sistêmico rotula a condição de um elemento que está participando de um sistema comportamental. O contexto arqueológico descreve materiais que passaram por um sistema cultural e que agora são objetos de

ponto de vista analítico, “a maioria dessas coleções é tida como inviável para o estabelecimento de uma sequência cultural, foco principal de muitas das pesquisas realizadas no campo da arqueologia no Brasil.” (OLIVEIRA e DA SILVA, 2014, p. 145).

Embora essa seja a realidade de parte considerável de museus e a assertiva tenha alguma validade do ponto de vista científico, é necessário, por um lado,

reconhecer as limitações dos estudos de coleções com pouco ou nenhum contexto, por outro há que se notar também as diversas possibilidades que as mesmas oferecem, principalmente porque frequentemente apresentam, em quantidades incomuns e em boas condições de conservação, peças raramente encontradas em escavações (GARCIA et al, 2014, p. 292).

Amparados na compreensão dos motivos que levaram as coleções arqueológicas assistemáticas ao abandono programático, buscamos compreender como o Museu da Cidade do Rio Grande desenvolveu o projeto museográfico que deu origem à exposição de pré-história da região sul.

A EXPOSIÇÃO “PRÉ-HISTÓRIA DA REGIÃO SUL”: CONHECENDO O ACERVO E AS COLEÇÕES ARQUEOLÓGICAS PRÉ-COLONIAIS

Desde a criação do museu, na década de 1984, e suas respectivas instalações no atual prédio da alfândega, em 1987, objetos arqueológicos relacionados às sociedades pré-coloniais já vinham sendo salvaguardados neste espaço institucional (FERREIRA e GONÇALVES, 2014). Segundo Danielle Anjos, atual representante do MCRG pela Fundação Cidade do Rio Grande, nesta época o museu não possuía uma política de aquisição de acervo e, portanto, muitos objetos ingressaram na instituição sem a devida procedência (trecho de entrevista concedida via e-mail em Janeiro, 2020)¹¹.

Essa realidade sobre os acervos, com base na discussão da problemática do abandono (BRUNO, 1995), está longe de ser um fato isolado, tais características podemos perceber que são comuns nos museus brasileiros (WICHERS, 2010, 2011; RIBEIRO, 2012). A ausência de informação sobre os acervos pré-coloniais corrobora o cenário apontado por Cristina Bruno (2005), ao afirmar que informação e preservação devem ser premissas para o desenvolvimento dos processos museológicos (BRUNO, 1984); contudo, a falta ou a fragilidade de informações associadas aos objetos arqueológicos não significou inicialmente um problema para o museu, visto que esse tinha sua missão institucional voltada à representação de elementos sócio-históricos, predominantemente à aristocracia rio-grandina, como já apontado anteriormente.

Dito isso, percebe-se que inicialmente os acervos arqueológicos pré-coloniais foram formados e permaneceram no espaço institucional, sendo posteriormente alvo de interesse de pesquisa de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, que desde 2008 atua como núcleo

investigação de arqueólogos” (SCHIFFER, 1972, p.17, tradução nossa).

¹¹ Comunicação pessoal concedida por ANJOS, Danielle Manczak. Entrevista I. [jan. 2010]. Entrevistador: Mathews Pereira da Costa. Rio Grande, 2019. A entrevista foi realizada via e-mail com a atual representante do Museu da Cidade do Rio Grande, MCRG.

formador de arqueólogos, com a qual o museu manteve, desde o princípio, o diálogo permanente.

Em relação à atual estrutura museográfica do museu da cidade do Rio Grande, houve um processo de revitalização do espaço expositivo no ano de 2016, após a última reforma da instituição, que iniciou em 2007. Com isso, foram realizadas melhorias físicas, com alterações cenográficas e discursivas, tal como podemos observar no trecho abaixo, compilado do projeto museográfico que deu origem à exposição de longa duração¹²:

Os espaços expositivos estão divididos em 5 módulos dispostos cronologicamente [...], onde se contará a história da cidade desde o período pré-cabralino até a contemporaneidade, passando pela fundação, no século XVIII [...], pelo desenvolvimento do século XIX, a industrialização do século XX e um módulo de exposições temporárias, onde serão feitas pequenas exposições sobre pessoas e acontecimento políticos, econômicos e sociais de Rio Grande (FERREIRA e GONÇALVES, 2014, p.9).

A partir da criação deste projeto museográfico, foram integrados novos suportes para auxiliar as narrativas expográficas (intertextuais e audiodescritivas como *Sound-tubes*, um tipo de dispositivo sonoro), que anteriormente não existiam no plano museológico. Com efeito, a reestruturação museográfica¹³ refletiu na retomada da missão institucional¹⁴ do Museu, que havia sido definida na sua criação, mas que, por ausência de um plano museológico adequado à realidade museológica, permanecia inócua, não atendendo à diversidade de acervos e coleções que salvaguardava.

Essa retomada também serviu para dar visibilidade aos acervos pré-coloniais que nunca tinham sido alvo de exposição antes, o que resultou na adequação de uma nova narrativa museográfica, contando também com a participação de profissionais da área da arqueologia, museologia e história. Amparados na compreensão da fragilidade da estrutura museológica ao longo desses anos, Ferreira e Gonçalves (2014) reconheceram que

faltava a definição da missão do museu, fato muito comum na maioria dos museus municipais do Rio Grande do Sul, ou seja, esses museus são, na realidade, uma simples exposição de objetos curiosos ou antigos, ligados a pessoas da comunidade, que os doaram. Entende-se que os museus, assim dispostos, não cumprem com sua função educativa, sendo apenas instituições formativas (FERREIRA e GONÇALVES, 2014, p. 5).

Evidentemente, é preciso deixar claro que a fundação cidade do Rio Grande já tinha preocupação em relação à função social do MCRG, que passaria a compor uma narrativa acerca do passado cultural da sociedade Rio-Grandina (FERREIRA e GONÇALVES, 2014). Entretanto, como podemos observar no trecho acima compilado do projeto museográfico, a perspectiva de tornar o museu um espaço de formação continuada, a partir da extensão das ações educativo-culturais, não chegou a ser operante diante preocupação da direção do museu ao longo desses anos.

¹² Conforme descrito no projeto museográfico, “aproveitando o fato de que, para fazer a restauração do prédio, seria necessário fechar o museu e desmontar a coleção exposta, a sua direção optou por fazer um novo projeto de museografia e de reorganização espacial de todo o museu, incluindo sua reserva técnica e a administração (FERREIRA e GONÇALVES, 2014, p.6).

¹³ O projeto museografia foi desenvolvido com apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no ano de 2009.

¹⁴ A missão institucional do museu é “preservar e salvaguardar a memória coletiva, histórica e cultural, da cidade mais antiga do Rio Grande do sul”. (FERREIRA e GONÇALVES, 2014, p. 7; MCRG, 2020).

Por exemplo, a ausência de projetos interativos com as exposições de “pré-história” são alguns dos indícios que confirmam o quadro apontado por Cristina Bruno (2014), referente ao processo de isolamento dos acervos arqueológicos. Por este prisma, podemos compreender que o conjunto de artefatos serve apenas como testemunho de um determinado discurso, que, se não reforça representações estereotipadas das sociedades indígenas, decerto não contribuem para fazer uma leitura crítica do passado no presente.

Em diversos momentos na exposição, podemos identificar a referência ao uso do termo “pré-história” e por vezes adoção de “pré-colonial” para se referir ao período anterior à colonização do território. Essa discussão nos remete uma atenção adicional neste artigo, por considerar que o termo “pré-história” vem sendo empregado de modo equivocado, ao tratar na verdade de uma “história indígena” (NEVES, 1995) na longa duração.

Analisando o contexto ora exposto, pouco do lastro de informações dos artefatos fica evidenciado no discurso museográfico, embora a cidade do Rio Grande tenha sido um dos polos mais pesquisados em termos de arqueologia pré-colonial na região sul, especialmente a partir da década de 60, com o pioneirismo de José Proença Brochado (1969, 1974); Brochado e La Salvia (1989); Pedro Ignácio Schmitz (1976, 1991, 2011, et al. 2006); Guilherme Naue (et al. 1971, 1973); Ítala Basile Becker (1969); Érico Costa (1997); Ribeiro e Calippo (2000); Ribeiro (et al. 2004); Oliveira (2006); De Oliveira (2006); Pestana (2007), entre muitos outros pesquisadores. O conhecimento gerado por essas pesquisas, podemos supor, não tem sido apropriado para fins de comunicação museológica, colocando a arqueologia, como formação e teoria, em um papel coadjuvante no plano local analisado.

Este fator vai de encontro com Bruno (1995), ao afirmar que

os estudos arqueológicos, embora voltados para a identificação e compreensão das continuidades e mudanças dos processos culturais das sociedades nativas, nas suas mais diferentes características, raramente são considerados como fontes para a interpretação desta nação. (BRUNO, 1995, p. 7).

Atinente à discussão de Bruno (1995), passamos agora a apresentar o contexto expositivo do MCRG.



Figura 02: Painel expositivo “linha do tempo”, com vista interna da exposição de Pré-história da Região Sul do Brasil no Museu da Cidade do Rio Grande (MCRG). **Fonte:** arquivo pessoal.

Atendendo à premissa de contextualizar o que está exposto, a equipe técnica do museu resolveu elaborar um levantamento cronológico-descritivo das principais datações arqueológicas que temos no mundo e em relação ao contexto sul-brasileiro. Assim, sob uma narrativa museológica, as informações foram organizadas e sistematizadas a partir de uma “linha do tempo”. O objetivo foi estabelecer, sumariamente, um panorama explicativo e didático, servindo para correlação de informações com o atual quadro de ocupações arqueológicas da região sul¹⁵.

Conforme arrazoado anteriormente, os artefatos nesse cenário servem mais como textos a serem lidos do que possibilidades de construções imagéticas e identitárias; são opacos e pálidos na medida em que são esvaziados de possibilidades para projetar reflexões, críticas e potência imaginativa sobre suas prováveis trajetórias de vida artefactual. Se essas premissas permanecerem válidas, podemos considerar que essas coleções não geram emoções ou reivindicações memoriais, se muito servem apenas como “testemunhos” de uma narrativa histórica positivista.

Como veremos a seguir, cada um dos expositores acompanham um texto narrativo, de modo intertextual que propõem um entendimento verticalizado sobre esses objetos, associando-os com base em critérios históricos e culturais, a produção tecnológica de pelo menos duas tradições culturais, sendo: a cultura “Vieira” e a “Guarani”.

¹⁵ A organização desta “linha do tempo” contou com a participação de profissionais do museu, pesquisadores e membros do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, conforme dados que constam na ficha técnica de execução do projeto museográfico de Ferreira e Gonçalves (2014), disponível nas referências bibliográficas.



Figura 03: Exposição de cerâmicas arqueológicas relacionadas às sociedades pré-coloniais da região sul do Brasil.
Fonte: Arquivo pessoal.

Segundo a teoria mais aceita, os povos indígenas da América são procedentes de migrações de povos asiáticos que alcançaram a América através do Estreito de Bering entre 11000 e 11500 anos antes do presente. De lá eles provavelmente desceram ao longo do continente até atingir o extremo sul da América do Sul. Alguns **grupos Tupiguarani** que habitavam a Amazônia expandiram-se em direção ao sul há cerca de 2 mil anos. Viviam em aldeias com casas que mediam até 40 m de comprimento por 20 m de largura onde morava toda uma família com seus parentes, dormiam em redes e preparavam seus alimentos com fogo de chão. As vasilhas cerâmicas eram feitas a partir de roletes de barro, unidos e alisados com as mãos. As superfícies externas eram pintadas de vermelho, preto e branco ou decoradas com marcas de dedos e unhas. (Trecho do discurso expositivo, 2016. Grifo nosso).

As cerâmicas expostas aqui foram feitas pelos **Tupi-guarani** e são exemplos dessas técnicas. Elas apresentam formas corrugadas e unguladas. O tratamento de superfície corrugado é considerado um demarcador desses grupos ceramistas, consiste na ação lateral do dedo sobre a superfície, pressionando uma parte da argila, por arraste, formando uma crista de forma semi-lunar. A cerâmica ungulada é caracterizada pela ação frontal da unha, na forma de um arco com sentido e formato de quem aplica, por exemplo, quando a marca de unha é muito pequena podemos presumir que foi feita por uma criança. Observe que o mesmo fragmento pode apresentar os dois processos. (Trecho do discurso expositivo, 2016. Grifo nosso).

Enquanto a primeira citação refere-se à tradição tecnológica tupiguarani, percebemos uma mudança na narrativa, em que a segunda citação refere-se à família linguística Tupi-Guarani. São duas diferenciações cruciais entre categorias étnicas e linguísticas, que acabam sendo veladamente confundidas na exposição referente aos vestígios das sociedades indígenas. Percebemos então que não há uma diferenciação nas exposições sobre a diversidade de sociedades indígenas neste território. E este fator, dentre outros, implica diretamente no processo de comunicação da cultura material referente a esse período.

Como podemos identificar também no texto narrativo acima, o discurso expositivo do museu faz uma leitura generalista do acervo institucional. Dessa forma, a instituição propõe um entendimento transversal do conhecimento arqueológico, que acaba limitando-se às discussões histórico-culturais, de classificação dos artefatos em “culturas arqueológicas”. Essa observação decorre ao percebemos que o acervo em questão tem ausência de dados contextuais, que permitiria entendê-lo a partir de uma dinâmica sociocultural.

Somado a isso, percebe-se um discurso com forte tonalidade cronológica, fechado em si, com rarefeita possibilidade de gerar novas conexões com o cotidiano do público. Neste aspecto, os discursos sobre os artefatos permanecem na *epiderme* das coisas, e não chegam a atingir as camadas profundas, subjetivas, que poderiam gerar inter cruzamentos efetivos com a memória social.

Embora haja uma tentativa de descrição das peças através dos atributos intrínsecos, as suas funcionalidades ainda não foram completamente esclarecidas e exploradas pelo conhecimento arqueológico. A falta de análises tecnofuncionais no que se refere aos estudos de cadeias operatórias¹⁶, podem ser fundamentais para interpretar as mudanças e as diferentes possibilidades de uso dos artefatos arqueológicos. Isso significa dizer que a função do artefato não depende essencialmente de sua forma, tal como havia preconizado às abordagens tradicionais.

Por outro lado, a formação das coleções está sempre mediada pelas relações que as pessoas constroem no presente sobre o comportamento humano no passado. A inserção das narrativas das comunidades envolvidas nos processos de curadoria permitem articular a participação social na construção da ideia de “patrimônio”, “coleccionismo”, “coleção”, etc. Tais categorias não serão exploradas neste estudo, mas cabe salientar a importância delas na construção da noção de preservação¹⁷.



Figura 04: Exposição de fragmentos de cerâmicas arqueológicas relacionadas às sociedades pré-coloniais da região do extremo sul do Brasil. **Fonte:** arquivo pessoal.

¹⁶ Conceito sistematizado por André Leroi-Gourhan (1964), o qual fundamentou suas discussões em torno dos estudos tecnológicos. O fato de os objetos não estarem articulados a determinado contexto não impede que problematizações neste âmbito sejam aplicáveis.

¹⁷ Ver a discussão sobre preservação do poeta e professor Mário Chagas (2002).

Além das cerâmicas indígenas, também são comuns objetos confeccionados por polimento e picoteamento, relacionados à produção tecnológica associada ao uso de abrasivos, conforme já discutido por Gluchy e Salles (2014). Na imagem acima, podemos identificar alguns fragmentos de cerâmica que estão associadas à produção tecnológica da cultura “vieira” (MCRG). São recorrentes artefatos com depressão semi-esférica polida em uma ou ambas as faces do mesmo artefato, os chamados “quebra-cocos”, cuja funcionalidade ainda é pouco investigada¹⁸; como também são comuns bolas de boleadeiras com sulco transversal ao redor da peça.

Como podemos observar no trecho expositivo abaixo:

O quebra-coquinho: peças como esta são encontradas no centro sul do Brasil, e no leste do Uruguai, elas eram usadas para quebrar sementes e extrair frutos; As boleadeiras eram utilizadas como armas de guerra e caça. **Ainda hoje fazem parte da tradição gaúcha.** Os fragmentos de cerâmica vieira: as cerâmicas eram feitas principalmente por mulheres, eram utilizadas como vasos, recipientes para a água e alimentos, ou ainda, para armazenar as cinzas dos mortos. Possuem paredes mais grossas se comparadas às cerâmicas de outros povos. As cerâmicas da tradição vieira em sua grande maioria são lisas, com o passar do tempo **houve uma evolução** e surgiram alguns detalhes como marcas de unhas. Observe os fragmentos de cerâmicas expostos, um é liso e o outro exibe marcas feitas com algum objeto pontiagudo (Trecho do discurso expositivo, 2016. Grifo nosso).

Atendendo à fundamentação acima, podemos discutir que o uso da boleadeira está relacionado, no contexto platino, a grupos de caçadores-coletores da Tradição Umbu. Estudos pioneiros sobre esses artefatos iniciam na década de 1950, no contexto argentino, conforme já discutido por González (1953). No discurso museológico, percebemos que as interpretações geradas sobre essas tipologias se dão através de analogias feitas por meio de observações empíricas e relatos etnológicos, que, segundo González (1953), a partir do século XVI fundamentaram as análises sobre o provável uso *in loco*.

Outro ponto crucial do discurso expositivo fica evidenciado pela expressão “evolução” ao se referir às transformações tecnológicas ocorridas na produção das cerâmicas indígenas. Percebemos que o uso dessa expressão vai de encontro com a ideia postulada pelo evolucionismo cultural do século XIX, que tem sua base na compreensão de que as sociedades humanas evoluíam culturalmente com base em estágios de desenvolvimento humano. A cultura material por sua vez também passou a ser interpretada dentro desses esquemas (TRIGGER, 2004). Essa associação está longe de ser apenas uma característica isolada, sendo esta um fator central na formação das conjunturas institucionais, que tratam a cultura material, ainda sobre uma visão positivista da história.

Observando tais características nos discursos expográficos, fica claro o quanto o conhecimento arqueológico sobre a região de Rio Grande ainda está longe de atestar a diversidade de populações indígenas que habitaram essa região durante o passado pré-colonial e de contato. Segundo Garcia e Silva (2013, p. 92), existem pelo menos três hipóteses para a interpretação dos contextos arqueológicos do extremo sul do Rio Grande do Sul, sendo:

¹⁸ Ver a discussão de Silva Junior (2005); Garcia e Silva (2013); Gluchy e Salles (2014).

[...] hipótese de migração de ameríndios de lugares do Uruguai para a região do atual município de Rio Grande; por aculturação de grupos pampianos em contato com os Guaranis; e por difusão, para explicar a aparição desses artefatos em sítios de outras culturas e ambientes (GARCIA e SILVA, 2013, p. 92).

De modo geral, as interpretações geradas a partir dos objetos foram realizadas com base em sua morfologia para inferir a sua função. No caso apresentado acima, podemos notar que não há uma diferenciação das diferentes sociedades humanas que produziram e manejaram esses objetos, ou seja, não há informações que nos permitam contextualizá-los em termos socioculturais. Em relação aos aspectos tecnofuncionais, por exemplo, ainda não existem informações concretas que associem o uso de objetos com depressão semi-esférica “quebra-coco” à referida quebra de *butiá odoratta*, conforme já discutido por Gluchy e Salles (2014).

Associar à função desse artefato a tarefa de quebra do coquinho de butiá trata-se de uma leitura generalista acerca das representações que se fazem desses objetos nos cenários museológicos. Em virtude disso, já existe uma série de estudos de cadeias operatórias que vem sendo desenvolvidas na região sul, especialmente o de Silva Junior (2005), Garcia e Silva (2013), e Gluchy e Salles (2014), que revelaram, por exemplo, ausência de quebra de coquinho de butiá na formação das depressões semi-esféricas polidas.

As informações obtidas nessas pesquisas indicam, ainda que veladamente, diferentes proporções no acabamento da depressão, resultando de inúmeras tentativas/modalidades de aperfeiçoamento das depressões. Tais pesquisas acima referenciadas sugerem que os objetos com depressão semi-esférica são multifuncionais, servindo até mesmo para a produção de novas ferramentas. Evidentemente, essas análises ainda são pouco exploradas pelos arqueólogos, mas sugerem possibilidades interessantes de interpretação da cultura material em contextos regionais. Em suma, existem diferentes possibilidades de análise do material arqueológico que está sendo exposto no MCRG.

A partir de uma leitura do livro tomo da instituição, constatamos que as coleções arqueológicas, são frutos de doações de moradores locais da região da planície costeira, que compreende os municípios de Santa Vitória do Palmar - RS, Rio Grande - RS, e Pelotas - RS; também se constatou alguns objetos arqueológicos com descrição referente à coleta no litoral médio central, que envolve os municípios de São José do Norte - RS, Bojuru - RS, Tavares - RS e Mostardas - RS. Por se tratarem de áreas com variedade de sítios arqueológicos, especialmente próximos ao mar, este dado sugere maior envolvimento das comunidades locais que moram ao redor dos sítios na formação das coleções, e posteriormente, a doação às instituições de guarda e pesquisa.

Em razão do abandono dos estudos sobre as coleções arqueológicas com ausência ou fragilidade de informações, um possível caminho a ser percorrido pelas pesquisas arqueológicas e museológicas contemporâneas, pode resultar na compreensão da trajetória biográfica desses conjuntos artefatuais. Ao mapear as relações construídas com esses acervos no presente, é possível engendra-los em novas dinâmicas sociais.

Neste sentido o museu atua como um espaço de construção de processos mnemônicos e

vínculos identitários, perpassando algumas fases basilares dessa trajetória, como: fase de uso, fase do registro arqueológico, fase de transição para o museu e fase museológica. E, como sugere Samuel Alberti (2005), as biografias dos objetos nunca são modalidades de vida artefactual “estanques”, mas estão sempre sujeitas a novas singularizações, sendo um trabalho em processo e permanentemente inacabadas.

PERSPECTIVAS PARA ARQUEOLOGIA MUSEALIZADA: REFLEXÕES FINAIS

Constatadas as assimetrias no que diz respeito à discussão sobre a temática do passado pré-colonial da região de Rio Grande, percebemos que além do isolamento em relação a outros conjuntos patrimoniais ocorre também o esmaecimento do potencial patrimonial dos acervos, ou seja, um dos maiores fatores de risco ao patrimônio arqueológico, a nosso ver, não restringe apenas as condições de salvaguarda e conservação, como temperatura, umidade, agentes biológicos; mas, sobretudo, o esquecimento programático, que culmina no apagamento de uma memória referente ao passado indígena. Este, por demais das vezes, pode ser irreversível, sobretudo quando tratamos de objetos renegados também pela ciência, como é o caso das coleções com ausência de dados contextuais.

Neste sentido, as coleções arqueológicas, de modo geral, salvaguardadas nos museus sem referenciar conhecimento, requerem ações estratégicas que mobilizem interesses científicos e sociais. Conforme já explicitado, duas possibilidades podem servir de estímulo aos pesquisadores para retomar o estudo dessas coleções. Uma delas seria o estudo de sua tecnologia. Outra possibilidade é pensar o patrimônio como um rizoma de relações que são encenadas no espaço institucional. Assim, entendemos que traçar uma biografia cultural (KOPYTOFF, 2008) da coleção em exposição poderá gerar novos intercruzamentos com as memórias sociais das comunidades e os discursos institucionais sobre o patrimônio arqueológico.

Nesse sentido, o patrimônio arqueológico só encontra ressonância quando as pessoas passam a apropriá-los socialmente e simbolicamente com seus referenciais de memória (BRUNO, 2005). Essa relação ontológica entre objeto e sujeito, dispostos numa mesma trama simbólica, se torna essencial para pensar o papel de ação que os objetos adquirem no meio social.

Na medida em que supomos que estes estão desconectados de suas redes de sentido, por se tratar de uma coleção relacionada ao período pré-colonial, percebemos o quanto esses objetos comunicam sobre as sociedades contemporâneas, quando matizados pelo olhar do presente.

Essa (re)conexão com o social, conforme argumenta Latour (2012), é o que buscamos desenvolver neste artigo sob o desígnio de oferecer novas leituras sobre as vidas sociais da cultura material. São as diferentes percepções das pessoas, criadas e reelaboradas simbolicamente na trama social, é tornam os objetos vivos, sendo inseparáveis de suas dimensões sociais, simbólicas e ideológicas.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa que viabilizou esta investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Samuel JMM. Objects and the Museum. *Isis*, v. 96, n. 4, p. 559-571, 2005. Disponível em: <https://warwick.ac.uk/fac/arts/history/students/modules/archive/hi916/week5/alberti_objects_and_the_museum.pdf>. Acessado em: Janeiro/2020.
- BROCHADO, José Proença. Histórico das Pesquisas Arqueológicas no Estado do Rio Grande do Sul. *IHERINGIA - Antropologia*, nº 1, 1969.
- BROCHADO, José Proença. Pesquisas arqueológicas no Escudo Cristalino do Rio Grande do Sul (serra do sudeste). *Pub. Avulsas Museu Pa. Emílio Goeldi*, n. 26 (PRONAPA 5). Belém: MPEG, p. 25-52, 1974.
- BROCHADO, José Proença; LA SALVIA, Fernando. *Cerâmica Guarani*. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *O Museu do Instituto de pré-história: um museu a serviço da pesquisa científica*. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 1984.
- BRUNO, Maria Cristina. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o projeto Paranapanema*. Tese (Doutorado em História), São Paulo: FFLCH – USP. 1995.
- BRUNO, Maria Cristina. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, de abandono, de mudanças. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo, n. 6, 1996.
- BRUNO, Maria Cristina. *Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema*. 1999.
- BRUNO, Maria Cristina. Arqueologia e Antropofagia: A musealização de sítios arqueológicos. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional*. Brasília, nº 31, p. 234-247, 2005.
- BRUNO, Maria Cristina. Musealização da arqueologia: caminhos percorridos. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 2, 2014.
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira; ZANETTINI, Paulo. O futuro dos acervos. *Anais do I Congresso Internacional de Arqueologia da SAB e XIV Congresso Nacional da SAB-Florianópolis*. Erechim: Habilis, 2007.
- CARVALHO, Aline Vieira De; FUNARI; Pedro Paulo Abreu. *Patrimônio e Diversidade: algumas questões para reflexão*. Pp. 306. 2008.
- CHAGAS, Mário de Souza. Memória e Poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 19, p. 35–67. 2002. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367>>. Acessado em: Janeiro/2020.
- COSTA, Erico Brasil Ferreira. *Assentamento dos grupos tupi-guarani e vieira no sudeste do Rio Grande do Sul; Santa Vitória do Palmar, Rio Grande e Camaquã*. Dissertação (Mestrado em História). UNISINOS, São Leopoldo. 1997.
- DÍAZ-ANDREU, Margarita. *A world history of nineteenth-century archaeology: nationalism, colonialism, and the past*. Oxford University Press, 2007.
- DA SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes. *Musealização da Arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguares*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia).

USP, São Paulo. 2008. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-11042008-103734/publico/tdeAbraham.pdf>>. Acessado em: Janeiro/2020.

MENDONÇA, Elizabete de Castro, SANTOS, Heide Roviene Santana dos. Musealização do patrimônio arqueológico: reflexões sobre gestão de coleções. ISBN: 978-85-60069-77-4, 2017. Disponível em: <http://site.mast.br/hotsite_livro_desafios_e_estudos_de_caso/pdf/07%20Elizabete%20e%20Heide.pdf>. Acesso em: Abril/2020.

DE MORAES WICHERS, Camila Azevedo. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira*. Tese (Doutorado em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Campo Grande. 2010. Disponível em: http://www.museologia-portugal.net/files/upload/doutoramentos/camila_moraes_parte1.pdf. Acessado em: Janeiro/2020.

DE MORAES WICHERS, Camila Azevedo. *Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-19062012-133008/pt-br.php>>. Acessado em: Janeiro/2020.

DE MORAES WICHERS, Camila Azevedo. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, p. 16-39. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/xmlui/handle/ri/18570>>. Acessado em: Janeiro/2020.

DEBARY, Octave. Segunda mão e segunda vida: objetos, lembranças e fotografias. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 27-45. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9547>>. Acessado em: Janeiro/2020.

DE OLIVEIRA, Kelly. Um sítio de pesca na margem ocidental da lagoa dos Patos: RS-RG-48. *Pesquisas*. n. 63, p. 307-336. 2006. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/64804984-4-1-um-sitio-de-pesca-na-margem-ocidental-da-lagoa-dos-patos-rs-rg-48.html>>. Acessado em: Janeiro/2020.

DOS ANJOS, Danielle Manczak. Porto e Barra no acervo do Museu Histórico da Cidade do Rio Grande: uma introdução. *Biblos*, v. 23, n. 1, p. 139-154. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1277/0>>. Acessado em: Janeiro/2020.

FERREIRA, Beir Tales; GONÇALVES, Beal Marisa. *Coleção histórica do Museu da Cidade do Rio Grande/RS: Arquitetura, patrimônio e museografia*. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/16404110-Colecao-historica-do-museu-da-cidade-do-rio-grande-rs-arquitetura-patrimonio-e-museografia-tales-beier-ferreira-marisa-beal-goncalves.html>>. 2014. Acessado em: janeiro/2020.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Território primitivo: a institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917). Tese (Doutorado em História). Unicamp, Campinas. 2007. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280838>>. Acessado em: Janeiro/2020.

FERREIRA, Lúcio Menezes; RIBEIRO, Diego Lemos. Camadas reviradas: as práticas de musealização da arqueologia no Brasil. In: CARVALHO, Aline Vieira de; VASCONCELLOS, Camilo de Mello; FUNARI, Pedro Paulo. (Org.). *Museus e Identidades na América Latina*. 1ed. São Paulo: Annablume, 2015, v. 1, p. 159-176.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio

cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs). *Memória e Patrimônio. Ensaio Contemporâneos*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 59-79. Disponível em: <http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf>. Acessado em: Janeiro/2020.

GARCIA, Anderson Marques; SILVA, Bruno Gato da. Arqueologia experimental aplicada ao estudo das boleadeiras pré-coloniais da região platina. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, n. 19, p. 89-120. 2013 Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/viewFile/1966/2180>>. Acessado em: Janeiro/2020.

GARCIA, Davi Comenale; DE SOUZA, Gustavo Neves; AFONSO, Marisa Coutinho. Curadoria dos artefatos líticos do antigo acervo Plínio Ayrosa. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 11, n. 21. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/3220>>. Acessado em: Janeiro/2020.

GREENBLATT, Stephen. O novo historicismo. *Revista Estudos Históricas*, v. 4, n. 8, p. 244-261. 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2323/1462>>. Acessado em: Janeiro/2020.

GLUCHY, Maria Élide farias; SALLES, Jaime Mujica. Análise tecno-funcional do material polido do extremo sul do Rio Grande do Sul. Brasil. In: FARIAS, Maria; LOURDEAU, Antoine (org.). *Povoamento e modalidades de ocupação humana na América do Sul: Contribuição da tecnologia lítica*. 1ed: @rcheoéditions, 2014, p. 12-35.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas como Patrimônios. *Horizontes Antropológicos*. v. 11, n. 23, p. 15-36. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-71832005000100002&script=sci_arttext>. Acessado em: Janeiro/2020.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4697385/mod_resource/content/1/GON%C3%87ALVES.%20antropologia_dos_objetos_V41.pdf>. Acessado em: Janeiro/2020.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Revista Estudos Históricas*. v. 28, n. 55, p. 211-228. 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/55761/54422>>. Acessado em: Janeiro/2020.

GONZÁLEZ. Alberto Rex. *La boleadora*. Sus áreas de dispersión y tipos. Nueva Serie, La Plata: Museo de la Universidad Eva Perón (La Plata), Tomo IV, sección Antropología. 1953, p.133-292.

KOPYTOFF, Igor. "The cultural biography of things: commodification as a process". In: APPADURAI, Arjun. *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*". 2008, p. 64-91.

LATOUR, Bruno. *Regredando o social: uma introdução à teoria ator-rede*. 1ª ed., Bauru, SP: EDUF, 2012.

LEROI-GOURHAN, Andre. *Le geste et la parole. La mémoire et les rythmes*. Paris: Ed. Albin Michel, p. 247-250, 1964.

LIMA, Tania Andrade. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro. IPHAN. n. 33, p. 05-21, 2007.

- LIMA, Tania Andrade. Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. *Revista de Arqueologia*. v. 5, n. 1, p. 19-28, 1988.
- LIMA, Tania Andrade; RABELLO, Angela. M.C. Coleções Arqueológicas em perigo: o caso do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n 33, p. 245-274, 2007.
- NAUE, Guilherme. Dados sobre o estudo dos cerritos na área meridional da Lagoa dos Patos, Rio Grande, RS. *Revista Veritas: revista da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*. v. 18, n. 71, p. 246-269, 1973.
- NAUE, Guilherme; SCHMITZ, Pedro Ignácio; VALENTE, Wander; BASILE BECKER, Itala; LA SALVIA, Fernando; SCHORR, Maria Helena. Novas perspectivas sobre a arqueologia de Rio Grande, RS. *O Homem Antigo na América*, São Paulo: Instituto de Pré-História, p. 91-122. 1971.
- NEVES, Eduardo Góes. *Os índios antes de Cabral: arqueologia e história indígena no Brasil*. A temática indígena na escola. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. Disponível em: <<https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/03/1-2a-neves-e-g-os-indios-antes-de-cabral.pdf>> Acessado em: Janeiro/2020.
- OLIVEIRA, Osvaldo André. *Banco de dados arqueológicos e paleontológicos do Litoral Sudeste do Rio Grande do Sul, Brasil*, 2006. Disponível em: <<http://www.anchietano.unisinos.br/sabsul/V%20-%20SABSul/paineis/21.pdf>>. Acesso em: Janeiro/2020.
- OLIVEIRA, Ana Joaquina; DA SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes. O potencial informativo da coleção arqueológica do museu dom avelar brandão vilela: um estudo de caso a partir da série de moedas do rei vittório emanuele iii. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 11, n. 22. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/4138>>. Acessado em: Janeiro/2020.
- PEARCE, Susan. Pensando sobre os objetos. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos (Orgs.). *Museus instituições de Pesquisa*. Rio de Janeiro: MAST, p. 11-21, 2005. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/940/1/mast_colloquia_7.pdf>. Acessado em: Janeiro/2020.
- PESTANA, Marlon Borges. *A tradição Tupiguarani na porção central da planície costeira do Rio Grande do Sul, Brasil*. 2007. Disponível em: <<http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/textos/pestana2007/pestana-2007.pdf>>. Acessado em: Janeiro/2020.
- RIBEIRO, Berta G. Coleções museológicas: do estudo à exposição. *Ciências em Museus*, v. 4, Belém: Museu Emílio Goeldi, 1992.
- RIBEIRO, Diego Lemos. *A musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville*. Tese (Doutorado em Arqueologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-21052013-110733/pt-br.php>>. Acessado em: Janeiro/2020.
- RIBEIRO, Diego Lemos. Dados científicos e a sociedade: reflexões sobre algumas credences patrimoniais. *Revista Arqueologia Pública*, v. 11, n. 2, p. 264-289, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/rap.v11i2.8651105>>. Acessado em: Janeiro/2020.
- RIBEIRO, Pedro Mentz. Os mais antigos caçadores-coletores do sul do Brasil. In: TENÓRIO, Maria

- Cristina (org.). *Pré-história da terra brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 75-88, 1999.
- MENTZ RIBEIRO, P. A. Arqueologia e História pré-colonial. In: TAGLIANI, Paulo Roberto (Org.). *Arqueologia, História e socioeconomia da restinga a lagoa dos patos - uma contribuição para o conhecimento e manejo da reserve da biosfera*. Rio Grande: Editora e Gráfica da FURG, 2000, p. 13-40.
- RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz; PESTANA, Marlon Borges.; PENHA, M. A. P.; CALIPPO, F. R. Levantamentos Arqueológicos na Porção Central da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 17, n. 1, p. 85-99, 30 dez. 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.24885/sab.v17i1.194>>. Acessado em: Janeiro/2020.
- SCHIFFER, Michael Brian. Archeological context and systemic context. *American Antiquity*, v.37, p. 156-165, 1972. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/245474261_Archeological_Context_and_Systemic_Context>. Acessado em: Janeiro/2020.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. O patrimônio arqueológico brasileiro. *Revista de Arqueologia*, v. 5, n. 1, p. 11-18, 30 dez. 1988. Disponível em: <<https://doi.org/10.24885/sab.v5i1.64>>. Acessado em: Janeiro/2020.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. O Povoamento Pleistocênico do Brasil. *Revista de Arqueologia Americana*, n. 1. México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1990.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. A Ocupação Pré-Histórica do Litoral Meridional do Brasil. *Pesquisas, Antropologia*, n. 63, São Leopoldo, 2006. Disponível em: <<http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/antropologia63/parte5.pdf>>. Acessado em: Janeiro/2020.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. *Sítios de pesca lacustre em Rio Grande, RS, Brasil*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas. Tese (Livre Docência), [1976], Ed. Habilis, Erechim, 2011.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio; NAUE, Guilherme, BASILE BECKER, Itala. Os Aterros dos campos do Sul: A Tradição Vieira. *Pré-história do Rio Grande do Sul*. Arqueologia do Rio Grande do Sul. Brasil. Documento 5, p. 101-124, 1991.
- SILVA JUNIOR, Luiz Carlos Da. Projeto experimental: a funcionalidade dos “quebra-coquinhos” em contextos arqueológicos do Brasil meridional. *Cadernos do LEPAARQ*. Pelotas, v. 2, n. 4, p. 59-83, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/download/891/871>>. Acessado em: Janeiro/2020.
- TORRES, Luiz Henrique. Cronologia básica da história da cidade do rio grande (1737-1947). *BIBLOS*, v. 22, n. 2, p. 9-18, 2008. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/23033>>. Acessado em: Janeiro/2020.
- TORNATORE, Jean-Louis. Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v 1, p. 7-21, dez. 2009/mar. 2010.
- TRIGGER, Bruce Graham. *História do pensamento arqueológico*, 2a ed. Tradução: Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus, 2004 [1989].

LEGISLAÇÃO CONSULTADA:

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

COMUNICAÇÃO PESSOAL:

Comunicação pessoal concedida por ANJOS, Danielle Manczak. Entrevista I. [jan. 2010]. Entrevistador: Matheus Pereira da Costa. Rio Grande, 2019. A entrevista foi realizada via e-mail com a atual representante do Museu da Cidade do Rio Grande, MCRG.